

HABEAS CORPUS Nº 548.747 - DF (2019/0357640-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : SHAYLA BICALHO FERREIRA
ADVOGADO : SHAYLA BICALHO FERREIRA MARQUES - GO0031176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : RAIMUNDO DE OLIVEIRA MOURAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado de próprio punho por RAIMUNDO DE OLIVEIRA MOURÃO apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri de Taguatinga/DF.

Depreende-se dos autos que o paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, incs. II e IV c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal (homicídio qualificado tentado), sendo mantida sua prisão.

Afirma a defesa que impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo* que teria negado a liminar pretendida.

No presente *writ*, a defesa aponta que a manutenção da custódia é desnecessária, eis que não se encontrariam presentes nenhum dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Aduz a falta de contemporaneidade da prisão, além de excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade provisória, com ou sem a determinação de medidas cautelares.

É o relatório.

Decido.

Consoante acima relatado, não obstante referir a existência de *habeas corpus* impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a impetrante se insurge contra sentença proferida pelo Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri de Taguatinga/DF que, ao pronunciar o paciente, manteve sua prisão preventiva.

Desse modo, constata-se a incompetência desta eg. Corte para a apreciação

do presente *writ*, que deveria ter sido impetrado perante a autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal.

Nos termos do art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, falece competência a este Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar *habeas corpus* impetrado diretamente nesta Corte Superior contra ato de Juiz.

A propósito, confira-se:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE AMBIGUIDADE, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO NO JULGADO. IMPUGNAÇÃO DE ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. ABSOLUTA INCOMPETÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 34, XVIII, DO RISTJ.

1. Não há no acórdão ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão, consoante disposto no art. 619 do Código de Processo Penal.

2. De acordo com o art. 105, I, c, da Constituição Federal, compete a esta Corte julgar *habeas corpus* contra atos de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, o que não ocorre no caso em questão, em que se impugna ato de Juízo de primeiro grau.

3. Assim disciplina o art. 34, XVIII, do RISTJ: negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário a súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste.

4. Na ausência de argumento apto a afastar o posicionamento anteriormente firmado, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.

5. Embargos de declaração rejeitados" (EDCL no HC 230.583/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, DJe 1.10.2014).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA E DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO POR INCOMPETÊNCIA DO STJ, COM DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL COMPETENTE. 1. PRETENDIDO EFEITOS INFRINGENTES DOS ACLARATÓRIOS. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. 2. MATÉRIA SUSCITADA SOMENTE NESTA VIA MANDAMENTAL. IMPOSSIBILIDADE, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE PRÉVIO EXAME DAS MATÉRIAS NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. 3. RECURSO IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

2. "De acordo com a Constituição Federal, não compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus*, quando o ato contra o qual se insurge a defesa foi praticado por Juiz de primeiro grau" (AgRg no HC nº 268.759/PA, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (Desembargador convocado do TJ/PR), DJe 24.6.13).

3. Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental, e, nestes termos, não provido (AgRg no HC 271.471/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJe 25/02/2014).

Ante o exposto, a teor do disposto no art. 105 da Constituição Federal, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator